

VISÃO TRABALHISTA

OSASCO, 3 A 7 DE FEVEREIRO DE 2015 • EDIÇÃO 3

WWW.SINDMETAL.ORG.BR

f SINDMETAL

@SINDMETALOSASCO



Trabalhadores exigem que governo respeite direitos



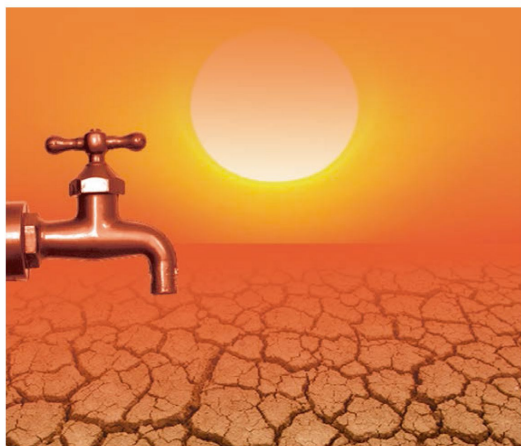
Trabalhadores tomaram Av. Paulista para cobrar do governo revogação das medidas que mexem em direitos

A Avenida Paulista foi tomada por cerca de 10 mil trabalhadores, que, na quarta-feira, 28, fizeram uma grande passeata para exigir a revogação das medidas que mudam as regras de acesso ao seguro-desemprego, auxílio-doença, pensão por morte e outros direitos. Os metalúrgicos de Osasco e região reforçaram o movimento.

Nesta terça-feira, 3, as centrais voltam a se reunir com ministros para cobrar o respeito aos nossos direitos **P.3**

Seca é problema político

Em entrevista ao Visão Trabalhista em Debate, diretor do Sintaema (Sindicato dos trabalhadores do setor de água e esgoto), Anderson Guahy afirma que o grande responsável pela falta d'água em São Paulo é um fator político, que, entre outros, determinou a mercantilização da água. **P.3.**



Notícias no seu e-mail
Cadastre-se no www.sindmetal.org.br e receba o VT no seu e-mail

Congresso conservador toma posse **P.3**

Fique atento aos depósitos do FGTS **P.3**

#LIBERTE SEU PORQUINHO
Projeto da Sicoob

É uma injustiça deixar quem sempre cuidou das suas economias se empoeirando em cima de uma estante.

Deposite suas economias na Poupança Sicoob e liberte seu porquinho para fazer tudo o que ele não pode quando está cheio de moedas. A Poupança Sicoob tem a força da maior instituição financeira cooperativa do País. Poupe no Sicoob. Seu porquinho ganha vida nova e seu dinheiro, vida longa.

Game, filmes e muito mais: www.liberteseuporquinho.com.br

Informações
(11) 3688-2423 / 3683-9110
Rua Erasmo Braga, 307 - 2º Andar Presidente Altino - Osasco - SP

SICOOB CREDMETAL
Cooperativa de Crédito

Cresce inclusão na região

O Sindicato divulga na quarta-feira, 11, os resultados da 9ª Pesquisa sobre inclusão de pessoas com deficiências nas metalúrgicas de Osasco e região. Os resultados demonstram avanços, com o aumento no índice de contratações. **P.4**



Renda MAIOR

33% é o crescimento da renda real do trabalhador desde 2003. A renda média passou de R\$ 1.581,31 para R\$ 2.104,16 no período. Os dados são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Centrais e governo discutem nesta terça-feira conteúdo das MPs



Sindicatos da região somaram forças a companheiros na Av. Paulista

Trabalhadores exigem manutenção de direitos

Ao mesmo tempo em que dialogam, os trabalhadores partem para as manifestações. Na quarta-feira, 28, 10 mil trabalhadores tomaram a Avenida Paulista para reivindicar a revogação das medidas. Organizada pela Força Sindical, CUT, UGT, CSB, NCST, CGTB, CTB, CSB Conlutas, a passeata reuniu trabalhadores de diversas categorias, incluindo os metalúrgicos de Osasco e região.

A passeata fez parte do Dia Nacional de Lutas por Direitos e Empregos. Os trabalhadores se encontraram no vão livre do Masp, de onde partiram em passeata até os escritórios da Petrobras e do Ministério da Fazenda. Na Petrobras, as centrais cobraram a investigação dos casos de corrupção e o afastamento da atual diretoria.

Ao longo do caminho, eles expressaram a sua indignação com o fato de o governo retirar

nossos direitos. “A gente tem de lutar porque a Dilma está prejudicando quem movimenta o Brasil. Só está tirando de quem trabalha. Por que não tira de quem compra carro importado, de quem não depende do salário?”, questionou um companheiro metalúrgico de Taboão da Serra.

As centrais reafirmaram que se o governo não voltar atrás, as manifestações só vão crescer. “Temos de dar resposta nas ruas, no Congresso, com a Adin [Ação Direta de Inconstitucionalidade] que a CNTM está propondo”, defendeu o presidente da Força, Miguel Torres, se referindo a ação que foi protocolada no STF (Supremo Tribunal Federal), na sexta-feira, 30, pedindo a suspensão imediata das medidas.

Acesse a cobertura sobre o Dia Nacional de Lutas no www.sindmetal.org.br

Está marcada para esta terça-feira, 3, uma reunião entre centrais sindicais e governo para analisar o conteúdo das MPs (Medidas Provisórias) 664 e 665 que instituem as mudanças em direitos trabalhistas. O encontro acontece no escritório da Presidência, na Av. Paulista, em São Paulo.

As medidas dificultam o acesso ao seguro-desemprego, auxílio-doença, pensão por morte, entre outros direitos (veja o quadro).

O encontro foi marcado no

último dia 19, em reunião com Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência, e outros ministros. Diante da recusa do governo em revogar as MPs, a ideia é buscar adequar o conteúdo, conforme as reivindicações da pauta trabalhista, que, entre outros pontos, inclui o combate a rotatividade.

O governo alega que as mudanças visam corrigir “distorções” na concessão dos direitos e combater a rotatividade. “Estamos mantendo o seguro desemprego

e fazendo ajuste na regra de acesso por conta da situação do mercado de trabalho para desestimular a rotatividade”, afirmou Miguel Rossetto, em entrevista a blogueiros na quinta-feira, 29.

Para as centrais sindicais, a alteração das regras no seguro não é um instrumento válido para combater a rotatividade e sim providências como a ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que coíbe as demissões imotivadas.

GOVERNO LIMITA BENEFÍCIOS SOCIAIS

ABONO SALARIAL

COMO ERA

Pagamento de um salário mínimo para a pessoa que trabalhou 30 dias ou mais no ano e que tenha recebido salário de até 2 salários mínimos

O QUE MUDA

O benefício passa a ser pago ao trabalhador que trabalhou ao menos seis meses no ano. Além disso, o valor do benefício passa a ser proporcional aos meses trabalhados, isto é, agora só receberá 1 salário mínimo quem trabalhar os 12 meses do ano, e quem trabalhar entre 6 e 11 meses receberá parte do valor.

SEGURO-DESEMPREGO

COMO ERA

Carência de seis meses de trabalho

O QUE MUDA

1º acesso: 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa; 2º acesso: 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses anteriores à dispensa; e 6 meses a partir do 3º acesso.

AUXÍLIO-DOENÇA

COMO ERA

Pago depois de 15 dias de licença médica

Média dos 80% maiores salários recebidos pelo trabalhador

Perícia realizada exclusivamente pelo INSS

O QUE MUDA

O auxílio passa a ser pago apenas após 30 dias de afastamento.

O valor pago passa a ter o teto igual à média dos últimos 12 salários.

A perícia médica poderá ser realizada por meio de convênios do INSS com empresas privadas ou com outros órgãos e entidades públicas.

PENSÃO POR MORTE

COMO ERA

Não havia prazo mínimo de casamento

O QUE MUDA

Falecido deve ter 24 meses de contribuição previdenciária; será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses.

Valor do benefício varia de acordo com o número de dependentes; prazo de pagamento varia de acordo com a idade.

Fonte: Dieese



SEU DIREITO

Dúvidas: cristiane.imprensa@sindmetal.org.br

Fique de olho nos depósitos do FGTS

Em dezembro, o STF (Supremo Tribunal Federal) mudou o prazo máximo para que o trabalhador possa reclamar o atraso ou a falta de depósito do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviços). O prazo agora é de cinco anos desde o fim do contrato com a empresa, não mais de 30 anos. Por isso, acompa-

nhe a conta do FGTS mensalmente. No site www.caixa.gov.br é possível cadastrar o número do celular para receber mensagens SMS que informam sobre a movimentação na conta. Em caso de irregularidades, denuncie ao Sindicato, pessoalmente ou pelo www.sindmetal.org.br/contato

SINDICATO NAS EMPRESAS



Na quinta-feira, 28, o diretor do Sindicato Antonio Souza apresentou aos metalúrgicos do Budaí, em Jandiaí, os novos delegados sindicais da empresa: Bocão e Diego. Bom mandato, companheiros!

LEGISLATIVO

Posse de Congresso conservador reforça necessidade de luta

A posse dos deputados e senadores eleitos em 2014 no domingo, 2, dá início a uma das legislaturas mais complicadas aos trabalhadores. Isso porque, a presença de representantes dos trabalhadores na Câmara dos Deputados e no Senado encolheu de 83 para 50 parlamentares.

A redução da bancada sindical representa um sinal de alerta, já que há diversos projetos de interesses dos trabalhadores parados nas duas Casas porque dependem do

apoio dos parlamentares para serem encaminhados a votação. Então, se há menos deputados e senadores do nosso lado, projetos como o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho dependem da pressão dos trabalhadores nas ruas e também sobre o próprio Congresso.

Somado a isso, a bancada dos empresários ficou mais forte. Na Câmara, são 240 novos deputados e 273 reeleitos. Levantamento do Diap (Departamento Intersindical

de Assessoria Parlamentar) indica que, destes, 200 são empresários, outros 169 são profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, etc). Os assalariados são 136 deputados.

O estudo analisa que: “Houve uma transferência da ordem de 60 parlamentares dos partidos de esquerda, centro-esquerda e centro, que reconheciam e defendiam um papel proativo do Estado na economia”.

51 DOS 513

51 dos 513 deputados são mulheres. Na bancada sindical, dentre os 59 eleitos, na Câmara e no Senado, apenas 6 são mulheres.

Direitos intocáveis?

Em pronunciamento aos ministros na semana passada, a presidenta Dilma Rousseff, disse que os direitos trabalhistas são "intocáveis". Reforçou sua posição eleitoral. Mas, precisamos que este posicionamento se realize na mesa de negociações com as centrais no sentido de rever as medidas que alteraram as regras para adesão ao seguro-desemprego, auxílio-doença, entre outros.

É porque para nós nossos direitos são verdadeiramente intocáveis que fomos às ruas na última quarta-feira, 26, e vamos quantas outras vezes forem necessárias. Também por isso, a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos)

apresentou uma Adin (Ação direta de Inconstitucionalidade) contra as medidas.

O discurso tem de se realizar na prática com a manutenção dos direitos e a ampliação com a aprovação da pauta trabalhista.

Sabemos que muito depende do Congresso e que, diante do perfil que a Câmara e o Senado passam a ter a partir deste ano, as nossas chances de terem nossas reivindicações aprovadas ficam ainda mais apertadas. Temos de aumentar a pressão, em cima dos parlamentares e sobre o governo, de fortalecermos os espaços de organização e mobilização.

Isso inclui a sindicalização e a participação nas atividades

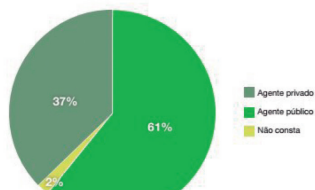
do Sindicato: um Sindicato é forte à medida que a categoria é expressiva na adesão a sua entidade, se associando e fortalecendo as lutas. É assim que vamos mostrar o quanto nossos direitos são mesmo intocáveis.



JORGE NAZARENO
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
jorginho@sindmetal.org.br

Agentes públicos representaram 61% dos casos de tortura

PERFIL DOS ACUSADOS (%)



Fonte: Tribunal de Justiça do Brasil (2005-2010). Total de acordos válidos: 455. Total de réus: 782.

Pesquisa indica que 61% dos torturadores são agentes públicos

Levantamento realizado pela ONG Conectas e outras entidades, entre os acusados de tortura no país 61% são agentes públicos, como policiais ou funcionários do sistema penitenciário. Nomeado de "A Realidade da Tortura no Brasil", o estudo foi divulgado na quinta-feira, 29, na Defensoria Pública de São Paulo.

O relatório foi realizado com base na análise de 455 decisões de segunda instância de todos os Tribunais de Justiça do Brasil. Por meio dele, as entidades

concluíram que os agentes públicos (74% são condenados) envolvidos em casos de tortura têm mais chances de serem absolvidos do que atores privados (84% são condenados).

Segundo o estudo, quando cometida por agente público, "é especialmente utilizada como meio de obtenção de confissão ou informação". Já quando é realizada por agente privado (37% dos casos), "é especialmente utilizada como forma de castigo." São caracterizados como agente privado: familiares, cônjuges, seguranças particulares, por exemplo.

Salário mínimo é de R\$ 788,00

Desde 1º de janeiro, o salário mínimo, no Brasil, passou a valer R\$ 788,00, como definido pelo Decreto Presidencial 8.381, de 30 de dezembro de 2014. O novo piso resultou de um reajuste de 8,84% sobre os R\$ 724,00 vigentes em 2014.

Este aumento corresponde à variação do PIB (Produto Interno Bruto) em 2013 - que ficou em 2,5% - acrescido da variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado para 2014, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que acumulou alta de 6,23%. O valor resultante da aplicação da regra seria R\$ 788,27, mas foi arredondado

para R\$ 788,00. Com essa correção, desde 2002, o salário mínimo no Brasil teve elevação de 294,00%, o que representa aumento real de 76,54%, para uma inflação acumulada de 123,17%.

O novo valor do salário mínimo deve atingir cerca de 46,8 milhões de pessoas que têm seus vencimentos referenciados no salário mínimo, entre beneficiários da Previdência Social, empregados no serviço público ou em empresas privadas, trabalhadores por conta própria, domésticos, e empregadores.

O reajuste do salário mínimo deve resultar em incremento de renda na economia da ordem de R\$ 38,4 bilhões. Outros

R\$ 20,7 bilhões devem ser arrecadados pela tributação sobre o consumo. Por outro lado, para a Previdência poderá resultar em custo adicional de aproximadamente R\$ 18,3 bilhões.



CLEMENTE GANZ LÚCIO
Sociólogo, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos)

CURTAS

Casamento comunitário

Já estão abertas, em Osasco, as inscrições para o "Casamento Comunitário 2015". Moradores da cidade interessados em oficializar a união podem comparecer de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas, na sede do Fundo Social de Solidariedade, localizado na Avenida Bussocaba, 140, Vila Campesina. Em Carapicuíba as inscrições começam em 2 de fevereiro e vão até junho. Mais informações no www.sindmetal.org.br.

Trabalho Escravo

Dos 1.550 trabalhadores resgatados de condições análogas à de escravo em 2014, 39,3% não tinham concluído o fundamental, 32,8% eram analfabetos e 14,6% tinham do 6º ao 9º ano escolar incompletos. Segundo CPT (Comissão Pastoral da Terra), a maioria desses trabalhadores eram de Maranhão (23,6%), seguido da Bahia (9,4%), do Pará (8,9%), de Minas Gerais (8,3%) e do Tocantins (5,6%). [Fonte: Agência Brasil]

Ação Policial

Embora o estado de São Paulo tenha adotado medidas para combater o uso indevido da força letal por parte da polícia, o número de pessoas mortas nessas circunstâncias aumentou "drasticamente" em 2014. As mortes provocadas pela polícia paulista cresceram 97%. Os dados são do relatório mundial sobre direitos humanos da organização HRW (Human Rights Watch), divulgado na quinta-feira, 29. [Fonte: Agência Brasil]

DST e Aids

Segundo a PCAP (Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira), divulgada pelo Ministério da Saúde, na quarta-feira, 28, a maioria dos brasileiros (94%) sabe que a camisinha é a melhor forma de prevenção às DST e Aids. Mesmo assim, 45% da população sexualmente ativa do país não usou preservativo nas relações sexuais casuais nos últimos 12 meses.

MISSÃO "Organizar e defender os trabalhadores respeitando os direitos de cidadania e a diversidade como os princípios para a construção de uma sociedade justa".



Há 23 anos, metalúrgicos faziam manifestação na Av. Paulista contra recessão, miséria e desemprego

EXPEDIENTE

DÚVIDAS contato@sindmetal.org.br
Acesse o site: www.sindmetal.org.br
Facebook: [sindmetal](https://www.facebook.com/sindmetal)
Twitter: [@sindmetallasco](https://twitter.com/sindmetallasco)

SEDE: Rua Erasmo Braga, 310
3º e 5º f, das 8h às 12h, 13h às 18h
2º, 4º e 6º f, das 8h30 às 12h, 13h às 18h
Presidente Altino - CEP 06213-008
Telefone: (11) 3651-7200

PRESIDENTE: Jorge Nazareno
EDITORIA: Cristiane Alves • MTB 45.757
ASSIST. DE REDAÇÃO: Auris Sousa • MTB 63.710
FOTOGRAFIA: Eduardo Metroviche • MTB 23.853
DESIGNERS GRÁFICOS: Tatiane Cuco e Renato Pires

SUBSEDE COTIA
Av. Prof. Joaquim Barreto, 316
Centro - Telefone: (11) 4703-6117

SUBSEDE TABOÃO DA SERRA
Rua Riberião Preto, 397
Vila Iasi - Telefone: (11) 4137-5151

SUBSEDE BARUERI
R. Padre Donisete Tavares de Lima, 74,
na Vila São Francisco
Telefone: (11) 4706-1443

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
DEPTO. JURÍDICO (SEDE)
De 2ª a 6ª f, das 8h às 12h/ 13h às 17h

METALCLUBE
De 2ª a 6ª f, das 6h às 22h
Sáb., dom. e feriados, das 8h às 17h
[facebook/metalclubesindmetal](https://www.facebook.com/metalclubesindmetal)
Telefone: (11) 3656-7401

COLÔNIA
Todos os dias, das 7h às 23h
IMPRESSÃO: Bangraf
TIRAGEM: 23 mil exemplares



